COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01

NIRE Nº 42 3 0003519-0

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 609,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 244,1 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5° Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 3.918,8 GWh, 7,2% inferior aos 4.221,0 GWh gerados em 2022. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,6%, 0,3 p.p. superior aos 95,3% atingidos em 2022.

Desempenho Econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2023	2022	Variação (R$)	Variação (%)
Receita líquida de vendas	621.218	578.342	42.876	7,4
Lucro bruto	509.044	368.441	140.603	38,2
Margem bruta	81,9%	63,7%		18,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	507.808	367.457	140.351	38,2
Ebitda (Lajida)	588.592	447.227	141.365	31,6
Margem Ebitda (Lajida)	94,7%	77,3%		17,4 p.p.
Resultado financeiro	1.305	21.529	(20.224)	(93,9)
Lucro líquido do exercício	420.708	324.243	96.465	29,8

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento no Ebitda é motivado, substancialmente, pelo reconhecimento em 2023 de R$ 114.508, referente à "Repactuação do risco hidrológico". Adicionalmente, em 2023, a Companhia teve um resultado financeiro menos favorável em decorrência da redução das rendas de aplicação financeira.

Recursos Humanos

Ao final de 2023, o Ceste contava com 31 colaboradores, mesmo número observado em 2022. A CEE não tem quadro de colaboradores.

Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2023.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2023**	**31.12.2022**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.812	101.002
Contas a receber de clientes	5	80.677	78.427
Depósitos vinculados	6	8.072	1.944
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		5.846	2.168
		184.480	**185.614**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	7.557	6.880
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	17.104	19.179
Outros ativos não circulantes		141	149
		24.802	**26.208**
Imobilizado	**8**	**1.472.928**	**1.536.266**
Intangível	**9**	**269.821**	**163.447**
Direito de uso de arrendamento		**253**	**131**
		1.767.804	**1.726.052**
TOTAL		**1.952.284**	**1.911.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	19.017	13.265
Dividendos	16	131.700	233.117
Concessão a pagar	12	7.814	7.481
Imposto de renda e contribuição social a pagar		17.220	30.103
Provisões para compromissos socioambientais	13	4.290	2.073
Outros passivos circulantes		11.515	17.313
		191.556	**303.352**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	7.557	6.880
Concessão a pagar	12	55.498	55.024
Provisões para compromissos socioambientais	13	3.851	7.749
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	214.519	170.923
Outros passivos não circulantes		7.228	3.786
		288.653	**244.362**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15**		
Capital social		989.380	989.380
Reservas de lucros		473.026	366.987
Dividendos adicionais propostos		9.669	7.585
		1.472.075	**1.363.952**
TOTAL		**1.952.284**	**1.911.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17**	**621.218**	**578.342**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8/9	(80.784)	(79.660)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(45.152)	(44.374)
Energia elétrica comprada para revenda		(44.521)	(35.226)
Serviços de terceiros		(21.954)	(20.848)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(9.868)	(9.819)
Seguros		(5.443)	(4.978)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(3.949)	(6.013)
Constituição de provisões		(3.686)	(1.099)
Repactuação do risco hidrológico	9	114.508	-
Outros		(11.325)	(7.884)
		(112.174)	**(209.901)**
LUCRO BRUTO		**509.044**	**368.441**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(203)	(212)
Despesas gerais e administrativas		(1.044)	(767)
Outras receitas operacionais, líquidas		11	(5)
		(1.236)	**(984)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**507.808**	**367.457**
Resultado financeiro	**18**		
Receitas financeiras		11.417	32.259
Despesas financeiras		(10.112)	(10.730)
		1.305	**21.529**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**509.113**	**388.986**
Imposto de renda e contribuição social	**19**		
Corrente		(44.809)	(53.194)
Diferido		(43.596)	(11.549)
		(88.405)	**(64.743)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**420.708**	**324.243**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,4252**	**0,3277**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**420.708**	**324.243**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**420.708**	**324.243**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021	**15**	**1.369.380**	**66.073**	**217.373**	**14.836**	**-**	**1.667.662**
Dividendos intermediários		-	-	-	(14.836)	-	(14.836)
Redução de capital		(380.000)	-	-	-	-	(380.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	324.243	324.243
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(89.000)	(89.000)
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	16.212	-	-	(16.212)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	67.329	-	(67.329)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	(144.117)	(144.117)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	7.585	(7.585)	-
Saldos em 31.12.2022	**15**	**989.380**	**82.285**	**284.702**	**7.585**	**-**	**1.363.952**
Dividendos intermediários		-	-	-	(7.585)	-	(7.585)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	420.708	420.708
Dividendos intercalares		-	-	-	-	(305.000)	(305.000)
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	21.035	-	-	(21.035)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	85.004	-	(85.004)	-
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	9.669	(9.669)	-
Saldos em 31.12.2023	**15**	**989.380**	**103.320**	**369.706**	**9.669**	**-**	**1.472.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ Nº 08.976.022/0001-01 | NIRE Nº 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	509.113	388.986
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	80.784	79.770
Repactuação do risco hidrológico	(114.508)	-
Variação monetária	4.374	3.492
Juros	4.702	4.557
Constituição de provisões	3.686	1.099
Outros	146	1
Lucro antes dos tributos ajustado	**488.297**	**477.905**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.237)	185
Depósitos vinculados	(6.798)	(560)
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	2.075	2.073
Outros ativos	(6.406)	(2.293)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	5.934	6.250
Outros passivos	(5.880)	1.261
Caixa gerado pelas operações	**474.985**	**484.821**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(55.021)	(37.316)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**419.964**	**447.505**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(10.993)	(9.622)
Pagamento de parcelas de concessões	(8.159)	(7.661)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(19.152)**	**(17.283)**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(380.000)
Dividendos pagos	(414.002)	(296.723)
Outros	-	(150)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(414.002)**	**(676.873)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(13.190)**	**(246.651)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	101.002	347.653
Saldo final	87.812	101.002
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(13.190)**	**(246.651)**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(1.681)	(2.001)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(2.727)	(6.987)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 25.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa – e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[1], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão, após a extensão prevista pela repactuação do risco hidrológico, é de aproximadamente 44 anos, sendo seu vencimento em fevereiro de 2047. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 15.04.2024.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

[1]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Concessão a pagar

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. Foi registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 – Imobilizado.

c) Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Repactuação do risco hidrológico". Em 2023 a Companhia reconheceu intangível referente ao deslocamento dos dias de extensão do GSF (*Generation Scaling Factor*) por impactos não hídricos, conforme a Lei nº 13.360/2016.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração – *impairment*

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica “Lucros acumulados” para “Reserva de incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

j) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste (entidade sem personalidade jurídica) para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	257	151
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	87.555	100.851
	87.812	**101.002**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2023	31.12.2022
Distribuidoras	79.499	77.198
Transações realizadas na CCEE[1]	1.195	1.246
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17)	(17)
	80.677	**78.427**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2023 e 31.12.2022 que não estejam considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos para reinvestimento	8.072	1.944
Ativo circulante	**8.072**	**1.944**
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas	7.557	6.880
Ativo não circulante	**7.557**	**6.880**
	15.629	**8.824**

A Companhia mantém depósito vinculado que visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito por meio de repasse dos valores acordados.

NOTA 7. PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os “prêmios de risco” devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo os valores amortizados, em 2023 e 2022, de R$ 2.075 e R$ 2.073, respectivamente.

a) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
2025	2.073
2026	2.073
2027	2.073
2028	2.073
2029	2.073
2030 a 2033	6.739
	17.104

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2023			31.12.2022
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,5%	1.681.532	(729.894)	951.638	996.259
Máquinas e equipamentos	3,6%	863.150	(376.030)	487.120	512.274
Edificações e benfeitorias	3,6%	35.035	(14.232)	20.803	21.630
Móveis e utensílios	6,3%	271	(119)	152	162
Veículos	6,7%	544	(478)	66	24
		2.580.532	**(1.120.753)**	**1.459.779**	**1.530.349**
Em curso		13.149	-	13.149	5.917
		2.593.681	**(1.120.753)**	**1.472.928**	**1.536.266**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2023 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	**1.045.385**	**538.494**	**22.634**	**197**	**1.045**	**1.607.755**
Ingressos	-	-	-	-	6.864	6.864
Transferências	723	1.198	41	30	(1.992)	-
Baixas	-	(20)	-	-	-	(20)
Depreciação	(49.849)	(27.398)	(1.045)	(41)	-	(78.333)
Saldos em 31.12.2022	**996.259**	**512.274**	**21.630**	**186**	**5.917**	**1.536.266**
Ingressos	-	-	-	-	9.312	9.312
Transferências	645	1.238	135	62	(2.080)	-
Depreciação	(45.266)	(26.392)	(962)	(30)	-	(72.650)
Saldos em 31.12.2023	**951.638**	**487.120**	**20.803**	**218**	**13.149**	**1.472.928**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2023 e 31.12.2022.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 44 anos, a contar da data de 26.11.2002, mais detalhes vide Nota 1 – Contexto operacional.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9. INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2023			31.12.2022
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Total
Direito de extensão de concessão	Até 2043.	252.353	(6.210)	246.143	137.845
Direito de concessão	Até 2043.	43.137	(20.463)	22.674	24.539
Direito de uso de servidão	Até 2037.	24.700	(23.696)	1.004	1.063
		320.190	**(50.369)**	**269.821**	**163.447**

a.1) Extensão de prazo de concessão

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em reunião do Conselho de Administração de sua controladora ENGIE Brasil Energia, realizada em 15.12.2020, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; e (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte.

Adicionalmente, em julho de 2021, foi publicada a Lei n° 14.182, que trata sobre a desestatização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF (*Generation Scaling Factor*), passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento.

As Resoluções Homologatórias n° 2.919/2021 e n° 2.932/2021, homologaram o prazo de extensão da outorga das usinas, sendo que a segunda é relativa as usinas que foram afetadas pelo novo tratamento do período anterior ao início de vigência da repactuação do risco hidrológico.

No exercício de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 114.508 referente a prorrogação de concessão relativa aos impactos não hídricos.

A Lei n° 13.360/2016 determina que a Aneel adicione um prazo à concessão original na mesma quantidade de dias em que houver atrasos no início da operação da usina, com origem a fatos alheios à responsabilidade do agente reconhecidos pelo órgão regulador. Com base nesta Lei, a Nota Técnica n° 877/2022–SCG/SFG/Aneel foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Aneel em 31.01.2023, determinando que os dias de extensão de prazo de concessão por impactos não hídricos desloquem os dias de extensão do GSF (*Generation Scaling Factor*). Em 27.04.2023, a Aneel emitiu o Ofício n° 281/2023-SRG-SCG/Aneel, o qual solicitou a apuração dos cálculos de extensão da concessão pela CCEE, fazendo com que estes precisem ser recalculados no tempo, aumentando o prazo de concessão da UHE Estreito em 852 dias. Tal cálculo foi realizado pela CCEE, no documento CT-CCEE06666/2023, publicado em 10.05.2023, gerando 620 dias adicionais em relação à extensão calculada anteriormente.

A Companhia adotou a mesma prática contábil utilizada para o tratamento dado a repactuação do risco hidrológico, concluído em 31.01.2021. Esse ativo foi mensurado ao valor justo considerando os preços de energia dos PPAs (*Power Purchase Agreement*), em vigor neste período adicional. Diante disto, a Companhia reconheceu um ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão no montante de R$ 114.508. O efeito no resultado desta transação foi um ganho de R$ 114.508, tendo como contrapartida um efeito positivo deste montante no resultado.

b) Mutação do intangível

Saldo em 31.12.2021	**164.774**
Amortização	(1.327)
Saldo em 31.12.2022	**163.447**
Ingresso	114.508
Amortização	(8.134)
Saldo em 31.12.2023	**269.821**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2023, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	18.654	13.850
Encargos de uso da rede elétrica	4.631	3.760
Energia elétrica comprada para revenda	2.891	2.535
Transações no mercado de curto prazo	398	-
	26.574	**20.145**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	19.017	13.265
Passivo não circulante	7.557	6.880
	26.574	**20.145**

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à índices flutuantes relacionados às variações do IPCA, em decorrência dos saldos da concessão a pagar.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	**2023**	**2024**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Concessão				
IPCA	63.312	412	(602)	(42)

Destaca-se que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	19.017	7.557	-	-	26.574
Concessões	8.224	15.719	16.400	75.162	115.505
	27.241	**23.276**	**16.400**	**75.162**	**142.079**

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 7 – Prêmio de riscos a apropriar – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 610 MW médios, sendo 244 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	87.555	100.851
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	257	151
Contas a receber de clientes	80.677	78.427
Depósitos vinculados	15.629	8.824
	184.118	**188.253**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	26.574	20.145
Concessão a pagar	63.312	62.505
	89.886	**82.650**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Mutação da concessão a pagar

	Total
Saldos em 31.12.2021	**60.698**
Juros e variação monetária	9.467
Amortizações	(7.660)
Saldos em 31.12.2022	**62.505**
Juros e variação monetária	8.966
Amortizações	(8.159)
Saldos em 31.12.2023	**63.312**
Classificação no balanço patrimonial	
Circulante	7.814
Não circulante	55.498
	63.312

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2023, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.01.2038	1.960	30.057	8.224	115.505

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	7.052
2026	6.411
2027	5.828
2028	5.297
2029 a 2033	20.078
2034 a 2038	10.832
	55.498

NOTA 13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 31.12.2023 é de R$ 8.141 (R$ 9.822 em 31.12.2022).

NOTA 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2023				31.12.2022
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	392.852	98.212	35.357	133.569	125.285
Repactuação de risco hidrológico	246.141	61.534	22.153	83.687	46.866
Outros	496	124	45	169	130
		159.870	**57.555**	**217.425**	**172.281**
Ativo:					
Provisões	7.887	1.972	710	2.682	1.182
Outros	660	165	59	224	176
		2.137	**769**	**2.906**	**1.358**
Valor líquido		**157.733**	**56.786**	**214.519**	**170.923**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2025	28	10.103
2026	70	10.996
2027	1.254	11.059
2028	689	11.098
2029	9	11.022
2030 a 2032	770	10.989
2033 a 2035	7	11.062
2036 em diante	79	141.096
	2.906	**217.425**

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2023 e 31.12.2022, era de R$ 989.380, representado por 989.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 989.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Reserva legal	103.320	82.285
Reserva de incentivos fiscais	369.706	284.702
	473.026	**366.987**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

NOTA 16. DIVIDENDOS

a) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2021	**281.887**
Dividendo mínimos obrigatórios	144.117
Dividendos intercalares	89.000
Dividendos intermediários aprovados no exercício	14.836
Dividendos pagos no exercício corrente	(296.723)
Saldo em 31.12.2022	**233.117**
Dividendos intercalares	305.000
Dividendos intermediários aprovados no exercício	7.585
Dividendos pagos no exercício corrente	(414.002)
Saldo em 31.12.2023	**131.700**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2023 a Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia a proposta de pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 9.669.

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	684.315	639.565
Transações no mercado de curto prazo	5.439	2.738
	689.754	**642.303**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(63.700)	(59.413)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.836)	(4.548)
	(68.536)	**(63.961)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**621.218**	**578.342**

NOTA 18. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.403	30.833
Juros sobre valores a receber	12	1.426
Outras receitas financeiras	2	-
	11.417	**32.259**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Concessão a pagar	8.966	9.467
Outros	122	8
Outras despesas financeiras	1.024	1.255
	10.112	**10.730**
Receitas financeiras, líquidas	**1.305**	**21.529**

NOTA 19. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2023			2022		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**509.113**	**509.113**	**509.113**	**388.986**	**388.986**	**388.986**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(127.278)**	**(45.820)**	**(173.098)**	**(97.246)**	**(35.009)**	**(132.255)**
Diferenças permanentes						
Incentivos fiscais	85.004	-	85.004	67.330	-	67.330
Outros	(216)	(95)	(311)	140	42	182
	(42.490)	**(45.915)**	**(88.405)**	**(29.776)**	**(34.967)**	**(64.743)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(10.434)	(34.375)	(44.809)	(21.284)	(31.910)	(53.194)
Diferido	(32.056)	(11.540)	(43.596)	(8.492)	(3.057)	(11.549)
	(42.490)	**(45.915)**	**(88.405)**	**(29.776)**	**(34.967)**	**(64.743)**

NOTA 20. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5° Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2023, o saldo remanescente do contrato é de R$12.515.411.

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2023, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 395.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2023, o saldo a realizar do contrato é de R$ 720.543.

d) Contratos repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no mercado regulado. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2023, é de R$ 33.839.

NOTA 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		
	Fornecedores		
	Energia	Outros	Dividendos
31.12.2023			
EBC[1]	2.891	-	-
EBE	-	834	131.700
	2.891	**834**	**131.700**
31.12.2022	**3.338**	**-**	**233.117**

(1) ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

	Custo		Despesa
	Compra de energia	Encargos de uso	Serviços de terceiros
31.12.2023			
EBC	(23.358)	-	-
EBE	(21.164)	-	(10.927)
Novo Estado[1]	-	(439)	-
Gralha Azul[2]	-	(317)	-
	(44.522)	**(756)**	**(10.927)**
31.12.2022	**34.956**	**426**	**496**

(1) Novo Estado Transmissora de Energia S.A.
(2) Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 é de R$463.622.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2023, é de R$ 71.118.

NOTA 22. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2024 e o valor de cobertura é de R$ 2.848.150 relativa a danos materiais e R$ 132.467 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Companhia Energética Estreito).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

Eduardo Takamori Guiyotoku
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Estreito
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Energética Estreito** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 15 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"